

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v15i35.5331>  
Licenciado sob uma Licença Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



## METAFÍSICA E PORTUGALIDADE: A ANTROPOLOGIA INTEGRATIVA DE ANTÓNIO QUADROS

*Metaphysics and portugalidade:  
The integrative anthropology of António Quadros*

**Humberto Coelho**  
UFJF

**Resumo:** Na medida em que a visão pós-moderna do ser humano dilui identidades e “razões de ser” através de suas lentes antimetafísicas, a crise existencial e social se alarga desenfreadamente. Em países com forte legado histórico e perda de senso de propósito, como Portugal, intelectuais tendem a rejeitar a progressiva destruição de identidades culturais como benéfica, seja para indivíduos, seja para a ordem social. Na verdade, um bem grande número de pensadores portugueses se opõe a versões pós-modernas de multiculturalismo como fundamentalmente pervertidas pela premissa de que a razão não passaria de um construto discursivo da evolução cultural. António Quadros, em particular, expõe com maestria as consequências lógicas de tal falta de referências objetivas na fundamentação das identidades individuais e coletivas, advogando em favor da necessidade de um retorno a uma visão metafísica robusta das culturas.

**Palavras-chave:** metafísica, Portugal, razão, mistério, eleição.

**Abstract:** As the postmodern vision of man dilutes identities and “reasons to be” through its anti-metaphysical lenses, the existential and social crisis grows rampant. In countries with a strong historical heritage and a lost sense of purpose, such as Portugal, intellectuals may find it harder to see the progressive deconstruction of cultural identities as beneficial to both individual consciousness and social order. In fact, a great number of Portuguese thinkers oppose postmodern versions of multiculturalism as misguided by the premise that reason is nothing but a discursive construct of cultural evolution. António Quadros, in particular, masterfully exposes the logical consequences of such a lack of objective references in the ground of individual and collective identities, advocating the need for a return to a robust metaphysical view of cultures.

**Keywords:** Metaphysics, Portugal, Reason, Mystery, Election.

### Identidade e destino de um povo

Acredito que a marcha da história inclui o banal, a tragédia e a glória. O banal e o trágico são fruto das circunstâncias e do curso das paixões humanas; a glória, só emerge por esforço, testemunhando as ações da razão e do mistério.

De minha parte, venho tentando esboçar um plano geral da história do Ocidente aos moldes lessinguanos, isto é, como revelação contínua do esforço humano e da graça divina (COELHO, 2022). E só no ano passado o Brasil viu nascer uma interpretação

francamente espiritual de sua identidade, através da obra *O despertar do sentido*, de Edgard Leite (2022). Esses esforços isolados e muito recentes, contudo, são ofuscados por uma massa de estudos que não apenas desconhece como rejeita a noção de uma identidade e de uma vocação pátrias. O caminho seria menos difícil, e menos confuso, se mais familiaridade tivéssemos com o bem mais avançado debate português sobre essas questões. Nesse cometimento, dificilmente há modelo mais perfeito que António Quadros, e, particularmente, a desnudação de seu pensamento metafísico-antropológico em *Portugal, Razão e Mistério* (2020).

Na total contramão das interpretações ressentidas, a de Quadros é amorosa. Toda a sua obra exala amor e dedicação por seu objeto de estudo. No espírito da tradição clássica, esse distintivo já denota melhores condições de aproximação da verdade.

Além de destacar essa “via amorosa”, é também necessário suspender o preconceito consolidado contra as noções de vocação e missão. Corretamente entendidos, esses conceitos representam o propósito e, conseqüentemente, a inteligibilidade da ação histórica. Mal compreendidos, no entanto, podem ganhar conotações nacionalistas e patrióticas em um sentido mais negativo, como o que foi comum entre meados do século XIX e meados do século XX. É preciso lembrar que, ao removermos o propósito removemos também o vetor que para ele aponta, o sentido, e não há ação racional sem sentido. Nos utopismos de Marx ou Comte, há uma meta e um sentido no agir histórico, e mesmo em um modelo liberal, crítico da noção de finalidade histórica, há valores e condições considerados ótimos e desejáveis ao bem comum ou individual, e que orientam e dão sentido à ação política. Nesse sentido, não há teoria política ou social desprovida de um senso de propósito e finalidade (COLLINGWOOD, 1946; LÖWITH, 1957).

No anexo *A Pátria e o Sagrado*, António Quadros revela de maneira clara esse sentido finalístico de seu patriotismo, enfatizando que não ter finalidade é não ter razão alguma de ser ou de agir:

Essa dissociação não é saudável. Quando Portugal viveu na consciência de ser uma pátria de eleição, de missão ou de destino, adquiriu a plenitude de seu significado; quando a perdeu, e quanto mais a perdeu, caiu na insignificância, in-significância que é a ausência de significado, passando a sobreviver-se pelo seu movimento da inércia, que é um falso movimento. Portugal desviou-se de si, transviou-se, precisa hoje de reassumir-se. Para o fazer, deve compreender o que foi realmente o seu percurso espiritual, quer dizer, quais foram as linhas sinuosas do seu destino: veio a ser comunidade mónade, povo, Estado, como e porquê se manteve e solidificou, como e porquê evoluiu, como e porquê atingiu uma cumeada com a monarquia universal de D. Manuel, como e porquê foi descendo depois para a planície ou para os valões pantanosos.

Na história contemporânea, muitas vezes os ‘comos’ eclipsam os ‘porquês’, privando-nos de qualquer noção realmente compreensiva, no sentido do pai das ciências humanas, Wilhelm Dilthey, em que às ciências humanas é própria a razão histórica de ser das coisas (DILTHEY, 2010).

António Quadros era filósofo, em um sentido clássico da palavra. Sua historiografia é, portanto, tudo menos pós-moderna. É uma historiografia que abraça a busca da verdade, e está ciente de que essa busca só é possível ao lado de uma metafísica. Sem metafísica, só nos restam os estudos de caso descontextualizados, na contramão da universalidade, na contramão da visão científica e racional da realidade.

Por isso, o pensador português rejeita a fantasmagoria das histórias e antropologias especulativas, tão na moda, particularmente no Brasil. Por aqui se ignora

que a história só fala através de textos. Na ânsia de construir uma história que faça justiça aos “esquecidos”, aqueles que deixaram de redigir sua história, faz-se ficção, que chega ao mercado com credenciais acadêmicas, mas a nenhum fato pretérito corresponde.

No que respeita à história oral, é evidente que ela se limita a reproduzir o momento presente, não podendo falar de nenhuma geração passada, pois quem fala agora é autor em tempo presente, e nunca uma voz legítima do passado. Fosse de outro modo, qualquer intérprete de Platão poderia alegar que apresenta o próprio Platão, e cada uma de suas ideias exatamente como foi concebida, pois aqui e agora estaria transmitindo a voz direta do passado.

É impossível saber se a história contada pelo avô ao neto se parece com a que o neto conta ao antropólogo, se guarda o mesmo sentido, corresponde às mesmas vivências. O mais certo é que não. Quando lemos o texto de Josefo, é Josefo quem fala; no texto de Vieira, é Vieira quem me fala; e no texto de Cícero, é Cícero quem transmite suas expressões, com suas palavras e em seu ambiente cultural próprio. Quando ouço a história de um sujeito em 2020, é de 2020 aquela história, não de cinquenta anos atrás, quando o narrador a ouviu, nem, muito menos, de séculos atrás. Sabemos disso quando lemos, mas nos esquecemos, ou parecemos ter aprendido a esquecer quando se trata da história oral.

Sabemos que Agostinho cita mal, embora, provavelmente, pudesse consultar os livros. Era hábito citar de memória, e isso o leva a citar muitas coisas sem precisão. Haverá quem creia que um mito lembrado é mais fiel ao mito contado e recontado do que as citações que fez Agostinho, dono de prodigiosa memória?

Quando António Quadros se propõe a devassar o imaginário português, portanto, está perfeitamente consciente de que só o texto é retrato do passado. O mito presente, o ditado popular, o imaginário de festas e os pequenos rituais do cotidiano são retratos do presente. O grande arqueólogo das ideias portuguesas entendeu que deveria se fazer antropólogo (do presente) e historiador (do passado) se quisesse atingir seu fim filosófico de vislumbrar o destino e o futuro do espírito português.

Destaca que apenas uma cultura excepcionalmente antirreligiosa e antimetafísica, tão artificial quanto transitória, pôde convencer os povos do Ocidente de que o propósito, o sagrado e os valores transcendentais haveriam de ser refugio de um passado pré-científico. Uma visão mais hegeliana – sensivelmente mais secular que a de Quadros – já não permitiria esses irracionalismos relativistas, que, sem crítica ou recursividade interna, acabam por ser infinitamente mais dogmáticos que qualquer proposição assertiva que se possa conceber (HEGEL, 1970; LÖWITH, 1957).

Desassombradamente nos revela que “quem inspira ideais a um povo” só pode ser Deus (Quadros, 2020, 24). Nada menos que Deus inspiraria um ideal que não fosse circunstancial e relativo. A unidade platônica de uma forma verdadeira se junta ao senso judaico de vocação e chamamento. O cristianismo de Quadros é filosófico e profético, exige as ações reveladoras tanto do pensamento crítico quanto da intuição.

Que dizer, portanto, de uma elite cultural que odeia a própria pátria, que odeia a própria noção de vocação e missão? Quadros considera que essas características são as responsáveis pela miséria da cultura portuguesa no século XX (QUADROS, 2020, p.25-27). Não ter senso de missão é mais do que ter abandonado o compromisso cristão com a construção de um reino de felicidade e verdade, é também abandonar o fundamento racional de um *télos*, de um propósito pelo qual agir.

Em seu auxílio, o autor recruta Luís de Camões, o delineador do imaginário de seu povo, que afirma a certa altura que Júpiter teria, solenemente, vaticinado uma grandeza

tal para as realizações portuguesas, realizações universais, que os humanos se esqueceriam das realizações locais dos assírios, dos persas, dos gregos e dos romanos (QUADROS, 2020, p.41). De fato, esse vaticínio é verdadeiro na medida em que o português não apenas concebe e constrói a globalização, executa-a com fé, e não com a força. Se os grandes impérios pretéritos espalharam sua cultura sobre uma região através de suas conquistas militares, Portugal, sem conquistas semelhantes, com o concurso de meros padres, dá a conhecer o nome de Cristo ao redor do globo.

Não se trata de romantizar a história, ou de negar os pecados da colonização, quando houveram, mas de se fazer história honesta, lembrando que não só pecados edificaram o império global português – e nenhum império jamais resiste ao primeiro sopro assentado exclusivamente sobre a maldade e o vício, na ausência de virtudes e competências –, mas que o que movia esse povo a se lançar a mares nunca antes navegados em barcos de pau, sem proteção contra doenças desconhecidas de outras terras, sob ameaça de morte, tortura e até canibalização de seus corpos, não era outra coisa senão um amor feroz pelo que queriam pregar.

Para o bem ou para o mal, observa Quadros, o amor ao Reino de Deus era o que tornava possível a empreitada insana de pisar todas as praias da Terra. Fosse primariamente econômico o seu desejo, esse povo teria dedicado todos os seus esforços a ocupar e desenvolver um ou dois territórios que realmente pudesse controlar. Só o ignorante acerca das mentalidades e condições renascentistas pode conceber que o povo português tenha desejado a dominação global, enviando a fração de uma população de míseros dois milhões, fragmentando-a e, conseqüentemente, expondo-a ao assédio de nativos e de potências concorrentes, como Holanda, Espanha e França. Os séculos XVI e XVII, potencialmente os mais religiosos de toda a história, foram momentos nos quais aos povos interessava o controle sobre a narrativa, não sobre os corpos e recursos (COELHO, 2022).

Assim, conclui António Quadros, o autor de *Os Lusíadas* projeta “uma Jerusalém celeste à escala ecumênica” (QUADROS, 2020, p.43). Já a essa altura deve estar claro que uma poderosa corrente teológica fecunda e alarga a visão filosófica de António Quadros. Essa veia teológica implícita é um dos traços mais típicos da mentalidade quanto da filosofia portuguesas. Por isso, a ideia de vocação e missão não é uma ideia política, e é por isso que naufragam vergonhosamente as interpretações exclusivamente politizantes da colonização portuguesa. Marcadas por um ateísmo metodológico, por ideologias para as quais tudo é exclusivamente político, o religioso, além de falso, só pode aparecer como simulacro do interesse político. As crianças recém-chegadas às universidades já o sabem: toda religião foi criada para a dominação. A partir de tais pressupostos, jamais chegam a entender minimamente o que seja religião, porque ela existe, porque define a existência.

António Quadros, então, define assim o utopismo tipicamente português que deriva dessa veia mística e profética:

Fernando Pessoa foi o vate, o expressor sábio dos sinais proféticos desse mundo futuro de harmonia, de paz e de sabedoria, o António Conselheiro, na epopeia sertaneja de Canudos, narrada por Euclides da Cunha e recentemente recontada por Ariano Suassuna e Vargas Llosa, foi o profeta de uma via diferente, que teve a marcá-la o selo do sagrado – e o Brasil e porventura a África de expressão portuguesa são os espaços ideais em que o mito do Quinto Império, sob inspiração paraclética, tomará um dia forma. Trata-se por assim dizer de uma pedagogia do mito e do sagrado abertos e de uma busca da liberdade e da justiça na fraternidade, para além das instituições religiosas organizadas, das ideologias coisificadas e das instituições políticas esclerosadas (QUADROS, 2020, p.78).

Esse utopismo heroico tem ligação, reconhece Quadros, com o fato de Portugal ser o país templário por excelência. O exército místico (quase esotérico) de paladinos do Reino de Deus não fez raízes em Portugal, após ser expulso de todos os demais países, por mera coincidência (QUADROS, 2020, p.179-196).

As referências que se possa fazer às suas origens celtiberas, romanas e medievais, às ocupações mouras ou aos mitos de Atlântida e do Graal, contudo, só contam uma história ainda genérica dos primórdios da identidade. Não por acaso, outros os povos da Europa ocidental nutrem essas lembranças fantásticas sobre a busca do Graal ou sobre uma terra de promessa, no outro mundo, ou no além-mar: Avalon, Atlântida, Hy Breasil ou O'Brazil. Mais que isso, a destinação de um povo fala de seu porvir, do que ele deve realizar, e aí a profecia é mais relevante que a lenda.

### O quinto império

Elevado e popularizado pelos escritos de Antônio Vieira, o Quinto império é um ideal português que remonta ao imaginário medieval, de Dante e de Joaquim de Fiore, e que reflete a profecia de Daniel sobre um derradeiro império de Deus, imperecível e sucessor do assírio, do egípcio, do persa e do grego (QUADROS, 2020, p.321). Realizando a cidade de Deus em meio à dos homens, esse não será mais um império como os anteriores, um império de armas e tronos, e sim um império dos espíritos e corações, governado por ninguém menos que o próprio Espírito Santo (QUADROS, 2020, p.323).

Ao afirmarem Portugal como vocacionado à construção desse império, os místicos portugueses não o confundiam com um império terreno, com sede em Lisboa. Estavam cientes de que sua missão era espiritual: plantar o evangelho nos corações e preparar o mundo para um governo que já não seria deste mundo.

É o Paráclito, Imperador invisível e Pantocrator, que guiará os homens, segundo as palavras de Jesus, para a *verdade total*, é o Divino Espírito Santo que *convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo*.

Em que frente pousará Ele, Espírita da Verdade, a Coroa terrena do Seu Império? A pomba branca da Sua paz? As labaredas ardentes da Sua justiça e da Sua sabedoria? (Quadros, 2020, 323)

Quando chegar o reino desse Espírito da Verdade, os homens não precisarão de reis humanos que O representem, pois cada um será servo fiel de uma ordem que fala à consciência e ao coração (QUADROS, 2020, p.326).

Nenhum brasileiro, pelo menos nenhum brasileiro em quem fale essa herança espiritual, deixará de estremecer diante da inferência de que, na verdade, o Brasil é que seria a sede desse império eterno do consolador prometido. Não apenas porque, aqui, a ilimitada visão transcendente desses heróis portugueses encontraria uma terra ampla, compatível com a grandeza desses ideais, mas também e sobretudo porque essa terra tornou real a utopia de um caldeirão de povos, raças e culturas que se amalgamam rapidamente ao influxo do elemento espiritual. Aqui não há gueto, e não há um povo sequer que chegue e prefira permanecer com seus costumes e sua comunidade. Adaptam-se todos de pronto, se tornam orgulhosamente brasileiros em alguns poucos meses. É bem verdade que, na nossa caipirice provinciana, continuamos a chamar o fulano de chinês e a beltrana de argentina, mas não há diferença alguma entre um e outro, entre ambos e o nascido no Brasil. Toda gente é gente como a gente.

Por mais razoável que seja essa pretensão, contudo, não é ainda a visão correta do Quinto Império. Ela ainda denota apego aos valores mundanos, políticos, nacionais, mesquinhos demais para encarnarem o ideal do império de Cristo. O império de Cristo é

um estado de espírito, que será tão mais real quanto de mais universal alcance, de mais generalizada aceitação nos corações, e quanto mais plenamente puder unir o mundo sem o recurso das fronteiras e das ferramentas políticas, quanto mais invisível e mais irresistível for sua atração e sua autoridade. Nisso, o papel dos povos e das nações não é tanto o de acomodar o trono do Quinto Império, e sim o de inspirar os demais povos a amarem a verdade, a praticarem a caridade, a guardarem a fé.

### **Com ou sem rumos; uma escolha capital**

António Quadros é, sobretudo, filósofo da cultura. É diante do objeto cultural que ele tece suas considerações metafísicas, éticas e elabora sua filosofia da religião. É, portanto, um pensador enraizado antropológica e historicamente, e que não lê a história e a antropologia segundo o pressuposto relativista e materialista tão em voga. Seus escritos não são coleções de discursos sem propósito ou razão, são notas em uma epopeia que revela uma verdade, um ideal metafísico, a saber, que o povo português se encontrou e floresceu ao eleger para si ideais humanamente impossíveis, que apenas com o concurso de Deus se poderia sustentar. Com isso, o povo português se elevou, ao curso de três ou quatro séculos, ao patamar de princípio metafísico para si próprio, e não houve o que não pudesse realizar no plano mundano.

Como brasileiro, não posso deixar de invejar um momento histórico no qual todo um povo soube amar a si e ao seu destino. Que não seria do Brasil, ou de qualquer lugar, se nos amássemos, se amássemos nossa vocação, ao invés de escarnecer, abandonar e desprezar a terra, a cultura e o povo aos quais pertencemos.

Por serem consideravelmente materialistas é que os cultos a Ápis, Mitra e Baco passaram. Não resistiram a meras mudanças políticas e culturais. Por serem espirituais é que os mitos e símbolos cristãos são longevos e universais, fascinando não crentes e chegando ao espaço. Recentemente, o diretor da NASA citou o salmo dezenove por ocasião do início das atividades do telescópio James Webb: “Os céus declaram a glória do Senhor, e o firmamento anuncia a obra das Suas mãos”. Muitos astronautas fazem questão de associar suas experiências a epifanias religiosas, e não poucos foram ao espaço materialistas e voltaram espiritualistas. Há sinais de uma indefectível resiliência do sagrado ante a cultura científica, apesar de toda propaganda acadêmica de relativização cultural, e algumas convicções espirituais, ainda que sejam apenas metafísicas, e alguns símbolos, justamente os mais espirituais e dinâmicos, não apenas resistem como até florescem em qualquer terreno, não sendo antagonizados pelo progresso da ciência (DIERKEN, 2009; MCGRATH, 2008; HARRISON, 2014).

António Quadros faz mais que uma defesa da legitimidade e sobrevivência do sagrado na Modernidade, ele mostra, a partir do caso português, porque essa continuidade é vital para indivíduos e povos.

### **Referências**

- COELHO, Humberto Schubert. *História da liberdade religiosa: da Reforma ao Iluminismo*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- COLLINGWOOD, Robin G. *The Idea of History*. Oxford: Clarendon Press, 1946.
- Dierken, Jörg. Teologia, ciência da religião e filosofia da religião: definindo suas relações. *Veritas* 54, 1, 2009. [113-136]
- DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. Unesp, 2010.

Leite, Edgard. *O despertar do sentido: Formação espiritual do Brasil, das origens a finais do século XVIII*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2022.

HARRISON, Peter. *Ciência e Religião*. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

HEGEL, G. W. F. *Hegel: Werke in 20 Bänden*. Suhrkamp Verlag, 1970.

Löwith, Karl. *Meaning in History: The Theological Implications of the Philosophy of History*. Chicago: University of Chicago Press, 1957.

MCGRATH, Alister. *The Open Secret: A New Vision for Natural Theology*. Malden: Blackwell, 2008.

QUADROS, António. *Portugal, Razão e Mistério: A Trilogia*. Alma dos Livros & Fundação António Quadros, 2020.

---

Doutor em Filosofia (UFJF, 2012)

Professor do Departamento de Filosofia da UFJF

Professor do PPG Filosofia da UFJF

E-mail: [humbertoschubert@yahoo.com.br](mailto:humbertoschubert@yahoo.com.br)